

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 27ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura – Destinada a homenagear a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais pelos 70 anos de sua fundação

1.2 – Comissões

2 – ORDENS DO DIA

2.1 – Plenário

2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

3.1 – Comissões

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – ASSEMBLEIA FISCALIZA

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATA DA 27ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 20/6/2024

Presidência do Deputado Charles Santos

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Mauro Tramonte – Entrega de Placa – Palavras da Sra. Eliani Gladyr – Palavras do Presidente – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Charles Santos – Mauro Tramonte.

Abertura

O presidente (deputado Charles Santos) – Às 19h13min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Atas

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das duas reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais pelos 70 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Eliani Gladyr, coordenadora do Núcleo da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais e servidora mais antiga, representando os funcionários da biblioteca; Élide de Freitas Rezende, procuradora de Justiça e diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, representando o procurador-geral, Jarbas Soares Júnior; Josiane Souza, secretária de Estado Adjunta de Cultura e Turismo; Larissa Maia Campos Falles, delegada da Polícia Civil de Minas Gerais; e Marolinta Dutra, defensora pública e diretora-presidente da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais; e o Exmo. Sr. deputado Mauro Tramonte, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor – Registramos e agradecemos as seguintes presenças: Exma. Sra. subsecretária de Cultura da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, Nathalia Larsen; Sra. superintendente de Bibliotecas, Museus e Economia da Criatividade da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, Célia Cristina Iglesias Ramos; Sr. chefe da Seção de Gestão de Trabalhos Acadêmicos da Academia de Bombeiros Militar, 1º-Ten. do Corpo de Bombeiros Militar, Ricardo Torrezani; Sr. presidente da União Literária e diretor da Bienal Mineira da Literatura, Marcus Ferreira; Sr. diretor do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, Lucas Henrique de Almeida Amorim; Sr. Samuel de Carvalho, diretor Administrativo do Conselho Regional de Biblioteconomia – CRB-6; ex-deputado Amílcar Martins; Luciano Correia, diretor-geral da Empresa Mineira de Comunicação; Felipe Mayrink, presidente da Câmara Mineira do Livro; João Paulo Martins, presidente do Iepha-MG. Muitíssimo obrigado pela presença!

Agradecemos também aos demais convidados que acompanham esta solenidade presencialmente, pela TV Assembleia e pelo canal institucional da Assembleia no YouTube.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos a todos para, em posição de respeito, ouvir a execução do Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo sobre os 70 anos da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Mauro Tramonte

Boa noite a todos. Sejam bem-vindos à Casa do povo, à nossa Casa, que é a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que sempre não mede esforços para aprovar e para apresentar projetos de suma importância para este nosso estado. Quero destacar também a maestria do nosso presidente Tadeu Martins Leite, que comanda esta Assembleia brilhantemente.

Exmo. Sr. Deputado Charles Santos, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem justa, representando, neste momento, o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Tadeu Martins Leite – todos os dias estamos aqui, deputado, nessa luta e nessa labuta, trocando ideias; Sra. Coordenadora da Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais, Eliani Gladyr – seja bem-vinda para receber esta justíssima homenagem; Exma. Sra. Procuradora de Justiça, Élide de Freitas Rezende, diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, representando o procurador-geral de justiça do Estado de Minas Gerais, Dr. Jarbas Soares Júnior, que eleva o nosso estado e a nossa capital ao cenário nacional, assumindo o importante cargo, o que nos deixa muito orgulhosos; Exma. Sra. Secretária de Estado Adjunta de Cultura e Turismo, Josiane Souza, que também representa o nosso querido amigo Leônidas – seja bem-vinda; Exma. Sra. Delegada de Polícia Civil de Minas Gerais, Larissa Maia Campos Falles, representando a nossa Polícia Civil; Exma. Sra. Diretora-Presidente da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais, defensora pública Marolinta Dutra – seja muito bem-vinda; Exma. Sra. Secretária de Estado Adjunta de Cultura e

Turismo, Josiane Souza, na pessoa de quem cumprimento todas as mulheres presentes; Exma. Sra. Eliani Gladyr, coordenadora e representante, na nossa homenagem, da Biblioteca Pública do Estado, em cuja pessoa cumprimento toda a comunidade acadêmica presente.

Senhoras e senhores, com 70 anos de história, a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, criada pelo então governador Juscelino Kubitschek, em 1954, conta com uma história de respeito e de referência para todos os mineiros. Estabelecida em um prédio, como foi dito, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, ocupa o seu espaço democrático no coração da nossa capital mineira, compondo o complexo do Circuito Liberdade. Com um acervo de mais de meio milhão de exemplares, reúne obras representativas da produção intelectual de escritores brasileiros e estrangeiros, sendo referência para as bibliotecas dos 853 municípios mineiros e para os demais estados da nossa Federação – lembrando que Minas Gerais tem 853 municípios e mais de 1.800 distritos. É muito grande este nosso estado, gente!

A estrutura física da Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais possui ainda salas de estudo e de pesquisa via internet, salas de curso, galeria de arte, além de um teatro com um moderno suporte tecnológico para um público de 191 pessoas. Seus prédios recebem diariamente cerca de 600 pessoas, entre crianças, jovens, adultos, pesquisadores de várias áreas do conhecimento e pessoas com deficiência visual que aqui estão muito bem representadas – sejam muito bem-vindos a esta Casa. Criada em 1965, o setor Braille dessa tão renomada biblioteca é uma referência de acessibilidade no Brasil e no mundo. Desde 2016, a biblioteca vem atendendo e beneficiando milhares de pessoas através do seu portal on-line, que expandiu, ainda mais, a acessibilidade.

Além de seu papel fundamental na formação de nossos jovens, a Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais também desenvolve programas e ações sociais e incentivo à leitura através de atividades como: Hora do Conto e da Leitura, apresentações teatrais, Jornada de Direito, bem como cursos, palestras, oficinas, visitas guiadas, exposições temáticas e literárias e serviços de extensão bibliotecária por meio do Carro-Biblioteca e da Caixa-Estante. Como já mencionamos aqui, a Biblioteca Pública Estadual é um espaço democrático muito valioso para o nosso estado: referência e resiliência que revela o orgulho de nós, mineiros, de nos sentirmos pertencedores de todo o conhecimento da história que ali habita.

Como dizia Aristóteles, a leitura é o caminho mais curto para o conhecimento, e por isso é necessária a valorização dessa instituição tão preciosa para os tempos em que vivemos, tempos estes em que as pessoas são estimuladas a procurar conhecimentos apenas em um clique, sem conhecer o prazer e o deleite da leitura de um capítulo após o outro, ou, até mesmo, das histórias reveladas por trás das capas e ilustrações. O nosso escritor mineiro Carlos Drummond de Andrade dizia: “A leitura é uma fonte inesgotável de prazer, mas, por incrível que pareça, a quase totalidade não sente esta sede”. Vivemos tempos necessários do mundo digital, mas não podemos deixar essa geração perder a sede da leitura e o encanto de percorrer as estantes dos livros disponíveis nas bibliotecas, que revelam sonhos, histórias, contos e tudo aquilo que enche a nossa alma e que nos faz crescer.

Em 2023, apresentamos um projeto aqui, nesta Casa Legislativa, em homenagem ao nosso saudoso escritor de Belo Horizonte, Fernando Sabino, diante do seu centenário. Fernando Sabino deixou um legado para a nossa geração em suas obras, e um dos seus maiores sonhos, segundo a sua família, era tornar a leitura acessível a todos. Eu poderia citar diversos escritores mineiros, pois somos berço de conhecimento literário revelado para o Brasil e para o mundo.

Por isso elevo nossas homenagens pelos 70 anos da existência da nossa Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais a seus servidores, colaboradores que abrem suas portas de conhecimento e cultura para toda a nossa população. Agradeço a dedicação e a entrega dos seus gestores para tornar aquele ambiente ainda mais democrático, acessível e acolhedor. Parabéns, hoje e sempre, pela sua grandeza para Minas e para o povo mineiro! Gratidão por tudo o que representa e representou na formação de cada cidadão deste nosso estado. Parabéns por tudo! Justa homenagem! Obrigado a todos!

Entrega de Placa

O locutor – O deputado Charles Santos, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Tadeu Martins Leite, e o deputado Mauro Tramonte farão agora a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem à coordenadora do Núcleo da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, Sra. Eliani Gladyr. A placa contém os seguintes dizeres: “Verdadeiro oásis para os amantes da leitura, a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais foi fundada em 1954 pelo governador Juscelino Kubitschek. Desde então, a instituição vem exercendo papel fundamental na democratização do acesso à informação e à literatura em nosso estado. Referência para as demais bibliotecas públicas mineiras, possui um acervo de 570 mil exemplares, que atrai e encanta pessoas de todas as idades e classes sociais. Por sua extraordinária contribuição para a preservação da memória bibliográfica e a formação cultural e educacional do nosso povo, no aniversário de 70 anos de sua fundação, a Biblioteca Pública de Minas Gerais recebe justa homenagem deste Parlamento”.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras da Sra. Eliani Gladyr

Boa noite a todos. Exmo. Sr. Deputado Charles Santos, coautor do requerimento que deu origem a esta justa homenagem, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Tadeu Leite; Exmo. Sr. Deputado Mauro Tramonte, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Exma. Sra. Procuradora de Justiça Élide de Freitas Rezende, diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, representando o procurador-geral de justiça do Estado de Minas Gerais, Jarbas Soares Júnior; Exma. Sra. Secretária de Estado Adjunta de Cultura e Turismo, Josiane de Souza; Exma. Sra. Delegada de Polícia Civil de Minas Gerais, Larissa Maia Campos Falles; Exma. Sra. Diretora-Presidenta da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais, defensora pública Marolinta Dutra; Srs. Deputados, prezados colegas, prezada Mesa e caros convidados, boa noite.

A Biblioteca Estadual de Minas Gerais completou, em junho de 2024, 70 anos. Foi um ideal do visionário estadista Juscelino Kubitschek, que entendia a educação e a cultura como dois lados de uma mesma moeda e que o incentivo à leitura é um caminho excelente para otimizar essas que são necessidades inerentes à formação dos cidadãos. E, durante essas sete décadas, a biblioteca tem cumprido o seu papel de ser lugar de leitura, cultura, informação e formação. Seu acervo, como já foi dito, é composto de mais de 500 mil itens, entre livros que contemplam todas as áreas do conhecimento, jornais, revistas que permitem aos leitores e aos pesquisadores o prazer da boa leitura e a informação de qualidade.

A biblioteca tem se destacado, como já foi dito, no cenário nacional como referência na questão da acessibilidade, pois mantém, há quase seis décadas, o Setor Braille, que atende a população de baixa visão, com acervo em braille e diversas tecnologias assistidas, bem como com a difusão do Livro e Leitura, por meio do Sistema de Bibliotecas, que congrega mais de 800 bibliotecas comunitárias e públicas em todo o Estado de Minas. Parece que nós copiamos o discurso um do outro, não é? Ela mantém ainda o serviço de extensão, como o Carro-Biblioteca, que atende os bairros da Capital e algumas cidades, e a Caixa-Estante, voltada para presídios, hospitais e comunidade de atendimento socioeducativo. Publica ainda o Suplemento Literário, um dos mais antigos jornais literários do Brasil, que, em 2026, completará 60 anos e está aqui representado pelo nosso querido Jaime Gouveia. Ela promove encontros com escritores, exposições, teatro, música, dança e uma série de ações culturais que permitem a todas as pessoas de todas as idades terem experiências maravilhosas. E o que é melhor: gratuitamente.

São muitos, senhoras e senhores, os relatos das pessoas que fazem dessa instituição um lugar especial em suas vidas, pois o acesso à leitura lhes permitiu um novo olhar sobre a vida e a sociedade. A leitura faz isso. Ela é transformadora, pois, nas palavras do escritor Monteiro Lobato, um país se faz com homens e livros. Muitos desses hoje são nossos parceiros, são amigos da biblioteca. Ao comemorarmos hoje o seu 70º aniversário, reafirmamos o círculo virtuoso a que a biblioteca está destinado, que é proporcionar

leitura, literatura, cultura, formação e informação a todo e qualquer cidadão, independentemente de religião, partido político, raça, cor, credo. A biblioteca é um lugar democrático.

Agradecemos a todos aqueles que não pouparam esforços para que esta comemoração se realizasse na noite de hoje, aos nobres deputados aqui já citados, aos servidores da Assembleia de Minas Gerais e à Secretaria de Estado de Cultura. Agradecemos ainda a todos os servidores que passaram pela biblioteca, dando as suas contribuições para que ela continuasse de portas abertas, muitas vezes com escassez de recursos; e aos colegas de trabalho aqui presentes, que, mesmo em meio às turbulências causadas pela pandemia, ainda se mantiveram confiantes e atuantes. Agradecemos ainda ao senador Antonio Anastasia, que, por meio de uma emenda parlamentar, proporcionou uma verba de R\$2.000.000,00 para a reestruturação do prédio anexo, onde funciona o setor Empréstimo e o setor Referência e Estudos. Sabemos que ainda há muito a se fazer, mas temos a esperança e a confiança de que podemos contar com o empenho de todos aqui presentes para que o ideal de Juscelino se concretize: que a Biblioteca Estadual de Minas Gerais seja grande, moderna e dinâmica. Estendemos aqui as nossas homenagens a Taquinho de Minas, com a incrível marca de 244 empréstimos anuais no setor Braille. O Taquinho está presente?

Estendemos também a Lucas Fernando de Souza, com 188 títulos retirados no setor Empréstimo. Ele está presente? Está presente. Estendemos as homenagens ainda à Laura Mendonça Maia Lopes pelos 133 empréstimos no setor Infantojuvenil; e à Maria Eduarda Santiago, que é aluna da Escola Estadual Professora Maria Amélia, no Bairro Pirajá, aonde o Carro-Biblioteca leva a leitura. Esses são os nossos homenageados da noite, porque são os mais assíduos na biblioteca. E ao Prof. Luiz Morando, que é o nosso pesquisador em nossa Hemeroteca Histórica. Ele não pôde estar presente nesta noite, por estar viajando. O Luiz Morando pesquisa na biblioteca desde 2002, na Hemeroteca Histórica. Já publicou três livros só com as pesquisas que ele faz na Hemeroteca Histórica. Então vocês vão conhecer a Hemeroteca e vão saber que realmente é um espaço maravilhoso, com jornais, revistas maravilhosas e que está à disposição de toda a população para pesquisa. Sem nossos leitores, a biblioteca não faz sentido. Convidamos nossos homenageados para, logo após a cerimônia, receberem sua premiação simbólica aqui, na frente do Plenário.

Finalizo a minha fala, nesta noite, com um clássico do poeta Castro Alves: Oh! Bendito o que semeia/ Livros... livros à mão cheia.../ E manda o povo pensar!/ O livro caindo n'alma/ É germe – que faz a palma,/ É chuva – que faz o mar./ Vós, que o templo das ideias/ Largo – abris às multidões,/ P'ra o batismo luminoso/ Das grandes revoluções...

O meu muito-obrigado a todos!

O locutor – Com a palavra, o deputado Charles Santos, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, representando o presidente desta Casa, deputado Tadeu Martins Leite.

Palavras do Presidente

Senhoras e senhores, é com muita alegria que participamos deste momento tão importante para o Estado de Minas Gerais.

Quero cumprimentar todos vocês, em nome do presidente desta Casa, deputado Tadeu Martins Leite, e na pessoa do colega Mauro Tramonte, coautor do requerimento desta homenagem. Quero também cumprimentar a Sra. Eliani Gladyr, coordenadora da Biblioteca Estadual de Minas Gerais. Com muita alegria, também cumprimento a Sra. Josiane de Souza, secretária de Estado Adjunta de Cultura e Turismo. Representando, neste ato, o procurador-geral de justiça do Estado, Dr. Jarbas Soares Júnior, recebemos aqui a procuradora de justiça Élide de Freitas Resende, a quem cumprimentamos. Nossos cumprimentos também à Dra. Larissa Maia Campos Falles, delegada de Polícia Civil de Minas Gerais; e à Exma. Sra. diretora-presidente da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais, defensora pública Marolinta Dutra – e m nome desta Mesa, seja muito bem-vinda, mais uma vez. Abraçamos, respeitosamente, todos os presentes. Sejam todos bem-vindos. Cumprimentamos ainda aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia.

Meus amigos e amigas, sinto-me honrado ao presidir esta reunião para prestar esta justa e afetuosa homenagem à nossa biblioteca, que, além de contar com um acervo, como aqui já dito, de mais de 570 mil exemplares, em números exatos – talvez não

sejam tão exatos –, está construída em uma área de mais de 9.000m², funciona em um prédio projetado por Oscar Niemeyer que faz parte do circuito turístico de Belo Horizonte como o mais antigo da Praça da Liberdade. Criada em 2/6/1954 pelo governador Juscelino Kubitschek, a Biblioteca Pública Estadual tem sido há décadas uma guardiã extraordinária de riquezas da cultura e da história, constituindo-se num patrimônio da identidade mineira, sendo uma dessas instituições que são vitais para a nossa sociedade. Em meio às palmeiras, aos chafarizes e lagos, a Praça da Liberdade abriga esse precioso espaço, por assim dizer, que em um ambiente tranquilo, acolhe leitores de todas as idades e classes sociais, sem distinção. É um lugar democrático para o diálogo, oferecendo serviço ao público, gêneros literários, promovendo atividades de incentivo à leitura, encontros com escritores, lançamentos de livros, apresentações teatrais e visitas de escolas da rede pública e da rede particular, contando com salas de leitura infantil, salas de jogos, brinquedoteca, sala de cursos, galeria de arte e o Teatro José Aparecido de Oliveira, com espaço para 191 pessoas. Assim também prioriza com um cuidado especial o seu acervo, conservando e protegendo todas as obras que ali se encontram.

Neste momento, quero parabenizar funcionários, colaboradores e voluntários, que de forma apaixonada, colaboram diariamente para a preservação desse patrimônio e que sabem como ninguém o seu valor inestimável. A biblioteca pública não somente tem o propósito de preservar a nossa história, a nossa identidade, como também é um lugar de encontros para os amantes da leitura e para quem busca conhecimento. Ao longo desses anos, na era digital, ela vem se adaptando às novas tecnologias, garantindo a sua manutenção e ampliando o seu acesso para a inclusão digital e para a inclusão social, transformando-se num espaço de interesse que facilita e acrescenta benefícios à população.

Com esse compromisso de inovação, contribuí, por meio de recursos de emenda parlamentar, para a aquisição de impressoras em braille 3D e com óculos de inteligência artificial, todos para o uso de deficientes visuais. Sejam de obras manuscritas, impressas, digitais ou de qualquer tecnologia ainda por vir, os livros proporcionam ao leitor um refúgio saudável. Sou suspeito para dizer isso. Não tenho 570 mil livros, mas tenho 700 livros na minha estante. Não pretendo chegar aos 570 mil. Deixo essa tarefa para a biblioteca. Podemos afirmar que o livro é uma das invenções mais poderosas, acumulando a sabedoria que os povos de toda a terra adquiriram ao longo da existência humana. E, assim, a leitura talvez seja a atividade mais libertadora e enriquecedora. É uma habilidade única, nascida da necessidade de sobreviver, registrando experiências e descobertas. Flaubert, escritor francês, deu o famoso conselho: “Leia para viver”. É esse o entendimento que levou o escritor argentino Alberto Manguel, profundo conhecedor das bibliotecas e dos livros, a afirmar: “Somos criaturas leitoras, somos feitos de palavras; sabemos que as palavras são nosso meio de estar no mundo, e é através das palavras que identificamos nossa realidade e por meio de palavras somos, nós mesmos, identificados”. Como uma das instituições criada pela sociedade para atuar no seu desenvolvimento, a nossa querida biblioteca estadual age justamente para fortalecer e preservar a nossa identidade cultural.

É a biblioteca o espaço por excelência para termos acesso às obras literárias, por meio das quais escritores transmitem suas visões de mundo, levando seu leitor à reflexão, auxiliando no processo de transformação social. O fortalecimento das bibliotecas públicas no Estado é uma pauta importante para o Parlamento mineiro. Prova disso é a nossa participação na construção do Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, em 2017, promovendo o fórum técnico Semeando Letras, com uma série de encontros regionais, a fim de elaborar a política de leitura e bibliotecas no interior do Estado. Homenageá-la é também colocar em evidência toda a cadeia produtiva do livro: escritores, leitores, editoras, livreiros. Ao festejar os 70 anos da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, esta Assembleia reconhece a enorme importância dessa entidade digna de nosso respeito e admiração. Muito obrigado.

O locutor – Após o encerramento regimental, assistiremos ao Projeto Palavra Viva, com Robson Vieira, acompanhado pelo Coro Novo, dirigido pelo maestro Daniel Rezende, que apresentarão as seguintes músicas: *Certas canções*, de Milton Nascimento e Tunai; *Divino maravilhoso*, de Caetano Veloso e Gilberto Gil; *Comida*, de Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Britto; e *Amanhã*, de Guilherme Arantes. O Projeto Palavra Viva foi criado em 1994, quando a Biblioteca Pública completava 40 anos, como

um projeto de incentivo ao hábito da leitura e ao gosto pela literatura. O Coro Novo é um coro cênico musical de integração das artes poéticas com a música. Por gentileza, aguardem em seus lugares para prestigiar essa lindíssima apresentação.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 25, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 29/11/2023

Às 16h7min, comparecem à reunião os deputados Cristiano Silveira, Leleco Pimentel e Mauro Tramonte (substituindo o deputado Carlos Henrique, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente designa como relatora da visita ao terminal do Move, em Santa Luzia, a deputada Bella Gonçalves; e da visita à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania de Belo Horizonte o deputado Leleco Pimentel. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.272/2023. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.075/2023, da deputada Chiara Biondini, em que requer seja realizada audiência pública para debater as demandas da região de Venda Nova, em Belo Horizonte;

nº 5.086/2023, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com a presença do Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, o projeto Vale do Lítio, previsto no Regime de Recuperação Fiscal, o impacto da exploração mineral na região para os municípios atingidos e as ações de mitigação ambiental e social previstas;

nº 5.116/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Superintendência do Patrimônio da União em Brasília (DF), à Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU – no Rio de Janeiro (RJ), à Secretaria-Geral da Presidência da República e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para que o imóvel da Ocupação Anita Santos seja transferido à União e, depois disso, disponibilizado para fins de regularização e construção de moradia digna para a população em situação de rua na perspectiva da política do Morar Primeiro;

nº 5.117/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU –, à Superintendência do Patrimônio da União – SPU –, à Secretaria-Geral da Presidência da República e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para que seja instituído um comitê gestor a fim de definir quais imóveis da CBTU na Região Metropolitana de Belo Horizonte não são operacionais e podem ser remetidos à Secretaria do Patrimônio da União;

nº 5.118/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – Urbel – e à Secretaria do Patrimônio da União – SPU – em Belo Horizonte pedido de providências para que, articuladas, procedam à realização dos estudos urbanísticos e de regularização fundiária das áreas da União ocupadas por famílias de baixa renda em Belo Horizonte;

nº 5.119/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Advocacia-Geral da União pedido de providências para verificar se a Construtora Carrara Ltda. possui outras dívidas com a União que permitam a adjudicação compulsória

do imóvel localizado na Avenida Amália, nº 600, Bairro Nova Vista, em Sabará, para fins de regularização fundiária para famílias de baixa renda da Ocupação João Maria Figueiredo;

nº 5.120/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Superintendência do Patrimônio da União e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que se faça o levantamento das seguintes áreas ocupadas por população de baixa renda visando a regularização dos imóveis: Ocupação Lampião, no Bairro São Gabriel; Ocupação Vila Nova, no Bairro Olhos d'Água; e Ocupação Anita Santos, no Bairro Carlos Prates;

nº 5.269/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário nacional de Proteção e Defesa Civil pedido de informações acerca da possibilidade de reanálise do plano de trabalho apresentado pelo Município de Itaúna, relativo ao Processo nº 59053.006674/2022-69, no valor de R\$330.000,00, cujo objeto é a construção de três residências que foram destruídas no período chuvoso de janeiro de 2022;

nº 5.342/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública para apresentação do relatório final das diligências sobre as barragens de risco no Estado, a saber, Gongo Soco, em Barão de Cocais; Forquilhas I, II, III, IV e V, em Ouro Preto; Casa de Pedra, em Congonhas, e Doutor, em Ouro Preto, no Distrito de Antônio Pereira, com a participação do coordenador da Comissão Externa sobre Fiscalização dos Rompimentos de Barragens e Repactuação da Câmara dos Deputados, deputado federal Rogério Correia, e dos relatores parciais dessa comissão, os deputados federais Padre João e Pedro Aihara e a deputada federal Célia Xacriabá, todos de Minas Gerais, e o deputado federal Helder Salomão, do Estado do Espírito Santo;

nº 5.407/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Santa Cruz de Salinas pedido de informações sobre os serviços públicos ofertados às comunidades rurais de Passagem de Pedra, Laranjão e Caraíbas;

nº 5.408/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Curral de Dentro pedido de informações sobre os serviços públicos ofertados às comunidades rurais de Passagem de Pedra, Laranjão e Caraíbas, considerando-se que representantes de oitenta e seis famílias das referidas comunidades manifestaram, em audiência pública realizada em 13/11/2023, interesse de pertencer a esse município, por sua ligação cultural, histórica e geográfica com as referidas comunidades;

nº 5.409/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Curral de Dentro e à Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Salinas pedido de providências para a criação de grupo de trabalho com vistas a debater e encontrar as vias legais de atendimento das demandas das comunidades rurais de Passagem de Pedra, Laranjão e Caraíbas, que pleiteiam ser reconhecidas formalmente como pertencentes ao Município de Curral de Dentro;

nº 5.410/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer sejam encaminhadas à Prefeitura Municipal de Curral de Dentro e à Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Salinas as notas taquigráficas da 10ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater a proposta de alteração na lei que estabelece o limite territorial dos Municípios de Curral de Dentro e de Santa Cruz de Salinas;

nº 5.416/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação João Pinheiro pedido de informações sobre os pedidos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de municípios no Estado e sobre os municípios e comunidades que pleiteiam tais alterações;

nº 5.417/2023, dos deputados Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja criado um grupo de trabalho para discutir o desmembramento e a alteração de limites municipais no Estado;

nº 5.418/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizado debate público sobre a criação, a fusão, a incorporação e o desmembramento de municípios no Estado;

nº 5.419/2023, dos deputados Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional e à Procuradoria-Geral da República pedido de providências para a regulamentação do desmembramento de municípios visando a correção de limites municipais, considerando que a alteração de limites é mais simplificada que a criação e a fusão de municípios, não acarreta significativo impacto fiscal e dirimirá vários conflitos federativos e problemas de prestação de serviços a populações em áreas limítrofes;

nº 5.420/2023, dos deputados Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, em que requerem seja realizada visita ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, em Brasília (DF), para debater a regulamentação federal do desmembramento de municípios;

nº 5.421/2023, dos deputados Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, em que requerem sejam encaminhadas à Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Salinas, à Prefeitura Municipal de Curral de Dentro, à Câmara Municipal de Santa Cruz de Salinas, à Câmara Municipal de Curral de Dentro, à Secretaria de Estado de Governo e à Fundação João Pinheiro as notas taquigráficas da 10ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater a proposta de alteração na lei que estabelece o limite territorial dos Municípios de Curral de Dentro e Santa Cruz de Salinas;

nº 5.422/2023, dos deputados Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, em que requerem seja realizada visita ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional para debater a regulamentação federal do desmembramento de municípios;

nº 5.423/2023, dos deputados Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, em que requerem seja realizado debate público sobre a criação, a fusão, a incorporação e o desmembramento de municípios do Estado;

nº 5.424/2023, dos deputados Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Fundação João Pinheiro, ao diretor-geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte e ao diretor-geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço, em Ipatinga, pedido de informações sobre a relação e a caracterização dos conflitos de limites entre municípios no Estado;

nº 5.428/2023, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com a Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Granbel – e a Associação Mineira de Municípios – AMM –, a viabilidade de instituição, em todos os municípios do Estado, nas datas de realização do Enem, de tarifa zero no transporte intermunicipal e municipal, diante do justo apelo dos estudantes;

nº 5.510/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Rio Acima pedido de informações sobre a existência de possível mineração irregular no Rio das Velhas, esclarecendo-se se alguma empresa possui autorização municipal ou estadual para realizar essa atividade nesse rio; se já foram realizadas ações de fiscalização ou autuações pelo uso de dragas; se já foram identificadas irregularidades com relação à mineração nesse rio e, nesse caso, quais providências foram tomadas; se o Executivo Municipal já noticiou à Secretaria Estadual de Meio Ambiente a existência de extração irregular de minério no Rio das Velhas; e se o Executivo Municipal tem conhecimento de situações de desmatamento, degradação ambiental, parcelamento irregular do solo, movimentação de terra que assoreia os córregos e afluentes do Rio das Velhas, promovidos por grupos de especuladores imobiliários, na área urbana e na zona rural do Município de Rio Acima e, em caso positivo, quais providências já foram tomadas;

nº 5.531/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Divinópolis pedido de informações acerca das razões que levaram ao descredenciamento do município, ocorrido após a publicação da Portaria GM/MS nº 1.346, de 22/9/2023, o que ocasionou ao município perda de recursos mensais de R\$5.322.240,00 para 2023 e de R\$8.648.640,00 para 2024, bem como sobre quais medidas foram adotadas para a manutenção dos serviços atingidos pelo descredenciamento e qual o planejamento para arcar com esse prejuízo;

nº 5.544/2023, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações sobre a taxa de reinvestimento da Copasa nos Municípios de Belo Horizonte, Esmeraldas,

Igarapé, Lagoa Santa, Mateus Leme, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano, entre outros municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com vistas a garantir o pleno funcionamento do sistema de abastecimento;

nº 5.545/2023, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que seja garantido o abastecimento imediato e contínuo de água potável nos locais de prestação de serviços essenciais à população, como hospitais, escolas e postos de saúde, nos Municípios de Belo Horizonte, Esmeraldas, Igarapé, Lagoa Santa, Mateus Leme, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano, entre outros municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, bem como para que o fornecimento de água potável seja regularizado, em caráter emergencial, em todos os bairros desses municípios no prazo mais curto possível, tendo em vista a onda de calor que assola o Estado;

nº 5.546/2023, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à diretora-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais pedido de informações sobre as causas que ocasionaram a interrupção do fornecimento de água potável em diversos bairros dos Municípios de Belo Horizonte, Esmeraldas, Igarapé, Lagoa Santa, Mateus Leme, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano, entre outros municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, bem como sobre as ações e medidas que foram ou estão sendo implementadas com vistas a estabilizar a situação;

nº 5.936/2023, do deputado Douglas Melo, em que requer seja realizada visita ao Município de Sete Lagoas para avaliação técnica de cratera que ameaça se abrir novamente na esquina das Ruas Nestor Fóscolo e Tupiniquins, no Bairro Santa Luzia, após 35 anos de incidente ocorrido no mesmo local;

nº 5.938/2023, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre o montante investido nos últimos quatro anos em obras de manutenção, revitalização e ampliação da infraestrutura da rede elétrica do Município de Santa Rita de Jacutinga, ressaltando-se que essa solicitação se dá em decorrência de o município sofrer, frequentemente, com interrupções no fornecimento de energia;

nº 5.939/2023, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que sejam realizadas obras de manutenção, revitalização e ampliação da infraestrutura da rede elétrica do Município de Santa Rita de Jacutinga, tendo em vista que milhares de famílias e centenas de comerciantes estão sendo impactados pelas constantes interrupções no fornecimento de energia, que prejudicam a atividade comercial e a realização de atividades básicas domésticas;

nº 5.986/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira e Bella Gonçalves, em que requerem seja realizada visita às comunidades de Taquaraçu e de Coqueiro de Espinho, no Município de Moeda, para verificar a necessidade de adoção de medidas para proteção dos modos de vida tradicionais e da cultura dessas populações, conforme encaminhamento da visita técnica realizada pela Comissão de Meio Ambiente em dia 16/10/2023, ao Monumento Natural Serra da Moeda;

nº 5.988/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira e Bella Gonçalves, em que requerem seja realizada visita ao Sítio Capoeirão, na zona rural do Município de Moeda, para verificar os impactos nas atividades econômicas do município e nos modos de vida dos moradores do referido sítio dos danos provocados pela exploração minerária na disponibilidade dos recursos hídricos na região;

nº 6.010/2023, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Instituto Lukinha DDG pelo Projeto Cidade Viva, que favoreceu o desenvolvimento das atividades desenvolvidas nas comunidades de Olhos D'água, Vila Pilar e São João, no Município de Belo Horizonte, promovendo a arte, o empreendedorismo, os objetivos de desenvolvimento sustentáveis da ONU e as noções de cidade inteligente, de forma a integrar toda a comunidade no ecossistema de desenvolvimento;

nº 6.011/2023, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. José Afrânio Vilela pela posse como ministro do Superior Tribunal de Justiça.

nº 6.287/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Macaé Evaristo, em que requerem seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que seja reformulado o contrato de concessão do transporte metropolitano de passageiros na Região Metropolitana de Belo Horizonte visando a diminuição contínua e sistemática das tarifas públicas;

nº 6.288/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Macaé Evaristo, em que requerem seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que seja extinta a cobrança pelo uso de sanitários nos terminais metropolitanos do sistema Move;

nº 6.289/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Macaé Evaristo, em que requerem seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a promoção de melhorias dos sistemas visuais e informativos em tempo real de horários de chegadas e partidas dos ônibus nos terminais do Move Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 6.290/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Macaé Evaristo, em que requerem seja encaminhado ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG –, à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG –, ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG –, à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – e ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para solução dos problemas constatados no Terminal São Benedito do Move Metropolitano, em Santa Luzia; e seja encaminhado aos referidos órgãos o relatório de visita da comissão ao referido terminal;

nº 6.291/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Macaé Evaristo, em que requerem seja realizada visita ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – para discutir a fiscalização da execução dos contratos de concessão do transporte de passageiros na Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 6.292/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Macaé Evaristo, em que requerem seja realizada visita à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – para discutir os problemas do serviço de transporte metropolitano de passageiros na Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 6.293/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Macaé Evaristo, em que requerem seja realizada visita ao Terminal Justinópolis do Move Metropolitano, no Município de Ribeirão das Neves, para averiguar as condições de funcionamento dos serviços de transporte metropolitano de passageiros;

nº 6.294/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Ipatinga pedido de informações sobre os investimentos que a prefeitura planeja realizar no saneamento básico do município com fundos oriundos do acordo da Vale em decorrência do rompimento da barragem de mineração em Mariana, especificando-se os montantes envolvidos, os projetos previstos e os mecanismos de garantia da governança popular dos recursos;

nº 6.295/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à Câmara Municipal de Ipatinga pedido de providências para promover o acesso pelos vereadores integrantes da comissão parlamentar de inquérito que investiga o contrato entre a Prefeitura Municipal de Ipatinga e a Copasa – CPI da Copasa – ao referido contrato e a toda a documentação pertinente, bem como para garantir o pleno funcionamento dessa CPI e a realização do seu calendário de audiências públicas;

nº 6.296/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço, em Ipatinga, pedido de informações sobre as reuniões da Assembleia Metropolitana e do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana do Vale do Aço em que se teria autorizado o Município de Ipatinga a se desvincular do sistema integrado de saneamento da Região Metropolitana do Vale do Aço – RMVA –, em desacordo com

a Lei Complementar Estadual nº 90, de 2006, que determina, em seu art. 8º, inciso IV, que a atuação dos órgãos de gestão da RMVA abrangerá, no saneamento básico, a integração dos sistemas de abastecimento e esgotamento sanitário do aglomerado metropolitano, especificando-se as datas e os horários de realização das reuniões, a lista de presença e o resultado das votações;

nº 6.297/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Ipatinga pedido de informações consubstanciadas no contrato e no relatório final elaborado pela Fundação Instituto de Engenharia – FIA –, de São Paulo (SP), relativos ao estudo do saneamento básico em Ipatinga contratado pela prefeitura.

nº 6.298/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Ipatinga pedido de informações sobre a implementação da Lei Municipal nº 4.432, de 2022, que autoriza o Poder Executivo Municipal a explorar diretamente ou a conceder a exploração de serviços públicos de captação, adução, tratamento e fornecimento de água, a reservação e distribuição às ligações prediais e seus respectivos instrumentos de medição, o tratamento e disposição apropriada do esgoto sanitário, bem como a criação de agência reguladora própria para os serviços públicos em geral desse município e os desdobramentos dessa lei para o contrato do município com a Copasa;

nº 6.299/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Ipatinga pedido de informações sobre o plano de saneamento de Ipatinga e o planejamento da concessão do saneamento no município;

nº 6.300/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer sejam encaminhadas ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais em Ipatinga, à Câmara Municipal de Ipatinga, à Prefeitura Municipal de Ipatinga e à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço as notas taquigráficas da 11ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater a proposta em curso de privatização do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município;

nº 6.301/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual seja convocado o diretor-geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço, com a finalidade de debater o saneamento básico na Região Metropolitana do Vale do Aço, bem como de discutir a deliberação metropolitana que autorizou o Município de Ipatinga a se desvincular da gestão integrada desse serviço;

nº 6.302/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de informações sobre os investimentos realizados no Município de Ipatinga nos últimos cinco anos;

nº 6.303/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço – Agência RMVA – em Ipatinga pedido de providências para nova convocação da Assembleia Metropolitana do Vale do Aço a fim de debater a concessão do serviço de abastecimento de água no Município de Ipatinga e a anulação da reunião anterior por possível vício de iniciativa e ausência de convocação prévia e por ter sido instalada comissão parlamentar de inquérito na Câmara Municipal de Ipatinga sobre a matéria, conforme debate realizado em audiência pública da comissão, em 27/11/2023;

nº 6.305/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Macaé Evaristo, em que requerem seja realizada visita ao Sindicato das Empresas de Transporte Metropolitano, no Município de Belo Horizonte, para debater os problemas do transporte metropolitano na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH;

nº 6.306/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Macaé Evaristo, em que requerem seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a retirada das catracas duplas nas estações do Move Metropolitano e nos veículos do sistema metropolitano de transportes da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH;

nº 6.307/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Macaé Evaristo, em que requerem seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que sejam estabelecidos quadros de horários mínimos para todas as linhas do transporte metropolitano de passageiros durante o período noturno e nos finais de semana;

nº 6.308/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Macaé Evaristo, em que requerem seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a disponibilização de um número de WhatsApp para os usuários acessarem a ouvidoria do transporte metropolitano de passageiros;

nº 6.309/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Macaé Evaristo, em que requerem seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para o aumento da quantidade de fiscais e das ações de fiscalização com vistas a verificar a execução do contrato de concessão do transporte metropolitano de passageiros e para que as referidas ações sejam realizadas por agentes públicos efetivos, e não por terceirizados;

nº 6.310/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Macaé Evaristo, em que requerem seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que seja efetuada a integração física e tarifária entre os sistemas de transporte metropolitano e municipais;

nº 6.311/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Macaé Evaristo, em que requerem seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para o aumento da frota de ônibus do transporte metropolitano de passageiros na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH –, bem como para que seja reduzida a idade máxima permitida da frota, que atualmente é 18 anos.

Em seguida, é aprovado relatório de visita, realizada em 26/11/2023, ao Terminal Metropolitano do Move no Município de Santa Luzia. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2023.

Leleco Pimentel, presidente – Ulysses Gomes – Rodrigo Lopes.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 18/6/2024

Às 15h32min, comparecem à reunião os deputados Dr. Maurício, Grego da Fundação e Cristiano Silveira, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Zé Laviola. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dr. Maurício, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail*, recebido através do “Fale com as comissões”, do Sr. Valério Antônio Ferreira, sugerindo que sejam criadas linhas de ônibus exclusivas para as pessoas com deficiência. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 631/2023 na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Dr. Maurício); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 896/2023 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Grego da Fundação). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.947/2024, da deputada Ione Pinheiro e do deputado Zé Guilherme, em que requerem seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para estabelecimento de um protocolo clínico e de diretrizes terapêuticas para a síndrome de Prader-Willi;

nº 8.948/2024, da deputada Ione Pinheiro e do deputado Zé Guilherme, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o tratamento no SUS para pacientes com a síndrome de Prader-Willi e a falta de um protocolo único e de diretrizes terapêuticas para essa síndrome;

nº 9.185/2024, da deputada Lud Falcão, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar pedido de informações sobre a quantidade de contratos coletivos rescindidos unilateralmente pelos planos privados de saúde, especificados por operadora, por estado e por razão de desequilíbrio econômico contratual;

nº 9.190/2024, do deputado Cássio Soares, em que requer seja realizada audiência pública para debater o transporte privado para pessoas com mobilidade reduzida em Belo Horizonte;

nº 9.308/2024, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para regulamentação da Lei nº 24.786, de 2024, que institui o Sistema Estadual de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo no âmbito do Estado, com o objetivo de implementar o referido sistema.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2024.

Dr. Maurício, presidente.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 19/6/2024

Às 10h32min, comparecem à reunião os deputados Charles Santos, Doutor Jean Freire, Thiago Cota, Zé Laviola, João Magalhães, Tito Torres (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMF) e Ulysses Gomes (substituindo o deputado Lucas Lasmar, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Amanda Teixeira Dias e os deputados Sargento Rodrigues, Roberto Andrade e Grego da Fundação. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 2.238/2024 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2024.

Arnaldo Silva, presidente – Beatriz Cerqueira – Zé Laviola – Thiago Cota – Professor Cleiton – Tito Torres – Amanda Teixeira.

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 19/6/2024

Às 10h32min, comparecem à reunião os deputados Roberto Andrade, Sargento Rodrigues, Tito Torres (substituindo a deputada Nayara Rocha, por indicação da liderança do BMF) e Doorgal Andrada (substituindo o deputado Leonídio Bouças, por

indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Zé Laviola. Havendo número regimental, o presidente, deputado Roberto Andrade, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A presidência suspende os trabalhos. São reabertos os trabalhos com a presença das deputadas Beatriz Cerqueira e Nayara Rocha e dos deputados Roberto Andrade, Sargento Rodrigues, Professor Cleiton, Rodrigo Lopes e João Magalhães (substituindo o deputado Leonídio Bouças, por indicação da liderança do BAM), membros da comissão. Está presente também o deputado Cássio Soares. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.931/2020 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Roberto Andrade). São rejeitadas as Emendas nºs 2 e 3. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 8.724/2024, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que os funcionários do Departamento de Estradas e Rodagens – DER – voltem a ocupar o prédio onde funcionava anteriormente o departamento, na Avenida dos Andradas, em Belo Horizonte, tendo em vista os problemas nos elevadores da Cidade Administrativa; e para a avaliação da possibilidade de alocação de outras duas secretarias no local, tendo em vista que o prédio tem capacidade de abrigar, além dos servidores do DER, mais duas secretarias;

nº 8.740/2024, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig – pedido de informações consubstanciadas em cópia do estudo sobre a redução de IPVA para veículos movidos a GNV enviado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Sede –, de forma a subsidiar a Casa quanto à viabilidade ou não da implementação da medida citada no estudo;

nº 8.741/2024, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja realizada audiência pública para debater as dificuldades enfrentadas pelos servidores e a sociedade no que tange a infraestrutura nos locais de aplicação de prova de exame de direção veicular;

nº 8.750/2024, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e Serviços de Varginha – Aciv – pelo seu centenário e também por sua importância no fortalecimento, na integração, no desenvolvimento e na defesa da classe empresarial, em especial dos associados, por meio de orientação, representação, prestação de serviços e participação em atividades que promovem a inovação e a sustentabilidade;

nº 8.874/2024, do deputado Professor Cleiton e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja realizada audiência de convidados para debater a gestão das barragens da antiga Ruralminas pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa;

nº 8.940/2024, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para implantação de uma Unidade de Atendimento Integrado – UAI – na cidade de Lagoa da Prata, ou ampliação do quadro de servidores do Posto de Identificação da Polícia Civil em Lagoa da Prata, a fim de diminuir o prazo de espera para emissão de carteira de identidade;

nº 8.987/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer sejam encaminhadas à 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponte Nova as notas taquigráficas da 17ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater a qualidade da prestação do serviço de abastecimento hídrico prestado pela Copasa no Município de Barra Longa;

nº 9.019/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre a instalação de sindicância para apuração das denúncias de assédio moral contra servidores da Emater-MG;

nº 9.020/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o número de afastamentos de servidores da instituição, por motivação de saúde ou de acidente de trabalho, no período de janeiro de 2023 a maio de 2024;

nº 9.021/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater – pedido de informações sobre a situação atual da infraestrutura física e material das unidades municipais e regionais da Emater, o número de extensionistas lotados nessa infraestrutura e a média mensal de atendimentos;

nº 9.043/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para apuração e, sendo o caso, punição de supostos atos de assédio moral praticados em desfavor de servidores públicos lotados na Cidade Administrativa, os quais seriam coagidos a assinar termo de responsabilidade para cumprimento da jornada presencial, em que pese as disposições do Decreto nº 48.820, de 2024;

nº 9.068/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Natalândia pedido de informações consubstanciadas em relatório de execução das emendas parlamentares indicadas ao município desde o exercício financeiro de 2017, visando dar transparência às ações do mandato deste parlamentar, bem como acompanhar o *status* das indicações, todas em prol dos natalandenses;

nº 9.125/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o tempo de espera para agendamentos de emissão da carteira de identidade;

nº 9.152/2024, das deputadas Beatriz Cerqueira e Leninha e dos deputados Betão, Leleco Pimentel e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado ao Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin – pedido de providências para a urgente realização de novo concurso público para provimento de todos os cargos que compõem o quadro de empregados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG –, haja vista o déficit de trabalhadores, que acarreta prejuízos às atividades da empresa e sobrecarga de trabalho aos servidores em atividade;

nº 9.153/2024, das deputadas Beatriz Cerqueira e Leninha e dos deputados Betão, Leleco Pimentel e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado ao Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin – pedido de providências para autorização urgente do pagamento das cláusulas econômicas e financeiras relativas às negociações realizadas entre a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – e o Sindicato dos Trabalhadores de Assistência Técnica em Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Sinter –, que se encontram pendentes de apreciação pelo Cofin;

nº 9.154/2024, das deputadas Beatriz Cerqueira e Leninha e dos deputados Betão, Leleco Pimentel e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado ao diretor-presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pedido de informações acerca dos procedimentos adotados para apuração das denúncias de assédio moral nessa empresa;

nº 9.155/2024, das deputadas Beatriz Cerqueira e Leninha e dos deputados Betão e Leleco Pimentel, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a adoção do piso salarial profissional devido aos engenheiros empregados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG;

nº 9.314/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do Projeto de Lei nº 1.931/2020 na prestação de serviços realizados pelos cartórios de registro civil das pessoas naturais, especialmente no que se refere aos atos sujeitos à gratuidade;

nº 9.319/2024, do deputado Professor Cleiton e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – e ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – Crea-MG – pedido de providências para abertura de procedimento investigativo sobre possível exercício ilegal da profissão, averiguando-se se o laudo emitido pela Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra – foi assinado pelo mesmo engenheiro que o elaborou;

nº 9.320/2024, do deputado Professor Cleiton e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que cesse a exigência de assinatura do termo de responsabilidade constante no Decreto nº 48.820, de 10 de maio de 2024, pelos funcionários que cumprem sua jornada de trabalho no regime presencial em unidades administrativas instaladas na Cidade Administrativa Presidente Tancredo de Almeida Neves;

nº 9.355/2024, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações consubstanciadas em cópias de todos os contratos de manutenção dos elevadores da Cidade Administrativa, entre 2012 e 2024.

Em seguida, é aprovado relatório de visita ao Centro de Especialidades Médicas – CEM – do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg –, realizada em 19/2/2024. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2024.

Leonídio Bouças, presidente.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 25/6/2024, ÀS 14 HORAS

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 766/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações acerca do número de viaturas disponíveis, bem como seu estado de conservação, destinadas ao atendimento ou socorro imediato de servidores e custodiados pelo Sistema Prisional no Ceresp Betim. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.188/2023, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre os programas e ações, previstos e em curso, no âmbito do Estado, para a execução

da Lei Complementar Federal nº 195, de 8 de julho de 2022, denominada Lei Paulo Gustavo, e da Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022, conhecida como Lei Aldir Blanc 2. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.424/2023, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações consubstanciadas no relatório dos valores da renúncia fiscal referente à Lei de Incentivo de Cultura do Estado nos anos de 2014 a 2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.208/2023, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de informações acerca do Ambulatório de Saúde do Adolescente do Hospital Infantil João Paulo II, especificando-se se as unidades básicas de saúde – UBS – estão realizando encaminhamentos ao ambulatório e o número de pessoas na fila de espera; como está o fluxo de tratamento fora de domicílio; o número de pacientes atendidos e em atendimento até esta data; o número de pessoas cadastradas no Sistema de Solução Integrada de Gestão Hospitalar, Ambulatorial e Regulação – Sigrah – que aguardam atendimento no ambulatório; se os profissionais que atendem no ambulatório têm carga horária exclusiva de trabalho, com a discriminação dos cargos que possuem e não possuem; o número de consultas de retorno ofertadas por semana; se existe protocolo de busca ativa no caso de abandono de tratamento, detalhando-se o procedimento; se os medicamentos prescritos para hormonização cruzada estão disponíveis para retirada pelo SUS; e a composição, por especialidade profissional, da equipe que atende no ambulatório e seu vínculo de trabalho. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.378/2023, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à diretora-geral do Instituto Estadual de Florestas pedido de informações sobre as medidas que estão sendo tomadas para implantação do Parque Estadual do Rio Corrente, no Município de Açucena, e do Parque Estadual Serra da Candonga, no Município de Guanhães, e para a proteção dos referidos parques em relação ao avanço de grileiros de terras nas regiões e à segurança dos povos indígenas que garantem a proteção ambiental desses parques. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.103/2023, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações acerca do transporte de alimentos perecíveis nas rodovias do Estado, esclarecendo-se a forma como a secretaria atua para minimizar os desgastes decorrentes do transporte desses alimentos; como funciona a estrutura operacional de transportes do Estado, no que tange o fomento à profissionalização logística de alimentos perecíveis; quais são as ações em curso para tal finalidade e o prazo para sua conclusão; e quais são as condições dos terminais de cargas do Estado, sua capacidade instalada e capacidade produtiva. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.756/2023, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre os quantitativos ou os índices de evasão escolar no Estado, por região administrativa, nos últimos cinco anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.023/2023, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação e à reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o fechamento de vários cursos da universidade, matéria em pauta de reunião do Conselho Universitário da Uemg, especificando-se o motivo do fechamento e o critério adotado; os cursos e as unidades onde ocorrerá o fechamento; o histórico do número de alunos nos cursos que estão sendo fechados; e as ações previamente efetivadas para que o fechamento pudesse ter sido evitado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 4.471/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o número de cargos atualmente providos nessa instituição, o

dimensionamento ideal de escrivães no Estado, o número de cargos vagos em razão de morte, exoneração, demissão a bem do serviço público e outros motivos e a expectativa de nomeação dos excedentes. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.487/2023, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações consubstanciadas no contrato de doação sem ônus e sem encargos para utilização da ferramenta de seleção da Plataforma Prosas para a publicação de editais ilimitados, recebimento e avaliação de propostas, no âmbito da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.507/2023, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas em estudo técnico sobre o impacto ambiental no ecossistema aquático do reservatório de Três Marias, devido à diminuição da incidência de luz solar em decorrência da instalação de placas solares fotovoltaicas que serão implantadas no espelho d'água. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.512/2023, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os loteamentos que estão sendo aprovados na área de amortecimento da Unidade de Conservação Monumento Natural da Serra do Elefante, em Mateus Leme, devendo ser informado o estágio atual dos procedimentos, se há ou não licenças ambientais já expedidas, se há processos judiciais ou inquéritos civis em andamento questionando os referidos loteamentos e os nomes dos responsáveis legais de cada empreendimento. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.522/2023, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a metodologia e os estudos utilizados na implementação do Desconto de Usuário Freqüente – DUF – nas novas praças de pedágio de responsabilidade da EPR Triângulo, que estão sendo instaladas em rodovias estaduais e federais do Triângulo Mineiro; e sobre os motivos que justificam o fim do desconto progressivo após a trigésima passagem, no intervalo de um mês, desconsiderando eventuais urgências. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.852/2023, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações a respeito do cumprimento do direito dos recém-nascidos de ter um acompanhante em tempo integral durante sua internação em unidade de terapia intensiva neonatal, conforme disposto no art. 12 do Estatuto da Criança e do Adolescente. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.863/2023, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de informações consubstanciadas em relatório em que constem as regiões onde houve falta de água no Estado e, de maneira detalhada, na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH –, a quantidade de caminhões-pipas disponibilizados para a população sujeita a escassez de água e as comunidades, bairros e localidades atendidos; e no qual se especifique se o Plano de Contingenciamento Hídrico foi acionado para execução e, em caso negativo, o motivo pelo qual não foi. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 5.346/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas em parecer ou nota técnica e, caso não existam, no documento que ensejou a aplicação dos efeitos do Decreto Federal nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, em relação à redução do adicional de pró-labore, abono-permanência e de substituição temporária no que diz respeito à alteração do desconto da alíquota destinada à proteção social dos policiais militares mineiros. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.407/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à diretora-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG – pedido de informações sobre a qualidade da água tratada pela empresa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor –, que abastece o Município de Padre Paraíso. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.601/2024, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o quadro atual de trabalhadores em cada unidade do sistema socioeducativo, no sistema aberto ou no fechado, nas quais se detalhem a unidade de lotação, a função exercida e a quantidade de trabalhadores; o número de vagas disponíveis no âmbito do sistema socioeducativo do Estado, no sistema aberto ou no fechado, discriminando-se as vagas previstas e as ocupadas em cada unidade; as unidades socioeducativas que atualmente estão sob a administração do Instituto Elo, especificando-se quantas são as vagas disponibilizadas e preenchidas, bem como quantos são os trabalhadores lotados em cada uma delas; e as razões que motivaram a criação do Grupamento de Ação Rápida – GAR – no âmbito do sistema socioeducativo do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.905/2024, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações sobre a melhoria das condições da Rodovia MG-424, especificando-se os planos e cronogramas para recuperação e melhoria dessa rodovia; as medidas que estão sendo adotadas para garantir a segurança dos usuários enquanto as obras de manutenção não são iniciadas ou concluídas; a existência de algum plano específico para lidar com o intenso fluxo de caminhões na rodovia, considerando as fábricas de cimento localizadas ao longo dessa rodovia; e a previsão para o início e a conclusão das obras de recuperação da rodovia. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.015/2024, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o número de transferências que deixaram de ser realizadas, na área de atuação do Consórcio Intermunicipal de Saúde Rede de Urgência Macro Nordeste e Jequitinhonha – Cisorje –, por insuficiência de equipes e equipamentos do Samu, e o número de óbitos que ocorreram por atrasos ou ausência dessas transferências desde a assinatura do termo de ajustamento de conduta entre o Cisorje e o Ministério Público do Trabalho, em 22/8/2019. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.931/2024, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações substanciadas na apresentação dos seguintes dados relativamente aos servidores militares e administrativos da Polícia Militar de Minas Gerais, do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, da Polícia Civil de Minas Gerais e da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública: tabelas de vencimentos básicos atualizadas das carreiras policiais e administrativas; normas que tratam dos planos de carreira dos policiais e dos servidores administrativos; reajustes dos vencimentos básicos concedidos entre os anos de 2015 e 2023, indicando-se a lei, o percentual e as carreiras contempladas em cada reajuste; indicação do percentual de reajuste dos vencimentos básicos para ano de 2024, acompanhado do percentual acumulado do índice de revisão geral anual da remuneração, nos termos da Lei nº 24.260, de 26/12/2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.154/2024, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre o atendimento aos pedidos de conexão de unidades de geração distribuída no meio rural e sobre a expansão das subestações de energia elétrica para atender à demanda do campo, ressaltando-se que esse requerimento decorre do plano de trabalho da Comissão de Agropecuária e Agroindústria para fiscalizar, no âmbito de suas atribuições, o tema “Qualidade dos serviços de energia elétrica no campo, universalização de acesso e

conexão de unidades de geração distribuída”, no âmbito do Tema em Foco 2023-2024. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.155/2024, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre as ações que têm sido implementadas para a universalização do acesso à energia elétrica no campo, bem como para a qualidade desses serviços, ressaltando-se que esse requerimento decorre do plano de trabalho da Comissão de Agropecuária e Agroindústria para fiscalizar, no âmbito de suas atribuições, o tema “Qualidade dos serviços de energia elétrica no campo, universalização de acesso e conexão de unidades de geração distribuída”, no âmbito do Tema em Foco 2023-2024. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

Nenhuma proposição para apreciação nesta fase.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 25/6/2024

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.238/2024, do governador do Estado.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 25/6/2024

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.277/2023, do deputado Eduardo Azevedo.

Requerimento nº 5.896/2024, da deputada Ana Paula Siqueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 25/6/2024

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 25/6/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 25/6/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 7.198/2024, da deputada Ana Paula Siqueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 25/6/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 3.794/2022, do deputado Betinho Pinto Coelho, e 1.431/2023, do deputado João Magalhães.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 25/6/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 6.982 a 6.986 e 7.062/2024, da Comissão de Cultura, e 7.189/2024, da deputada Ana Paula Siqueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 25/6/2024

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.387/2023, da deputada Maria Clara Marra.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 7.133 e 7.135 a 7.138/2024, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; e 7.218/2024, da deputada Ana Paula Siqueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 25/6/2024

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Minas e Energia, de Assuntos Municipais e Regionalização, de Desenvolvimento Econômico e de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bim da Ambulância, Adriano Alvarenga, Bosco e Ricardo Campos, membros da Comissão de Minas e Energia; a deputada Amanda Teixeira Dias e os deputados Cristiano Silveira, Leleco Pimentel, Carlos Henrique e Rodrigo Lopes, membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; a deputada Ana Paula Siqueira e os deputados Roberto Andrade, Oscar Teixeira, Fábio Avelar e Vitório Júnior, membros da Comissão de Desenvolvimento Econômico; e as deputadas Beatriz Cerqueira, Macaé Evaristo e Lohanna e o deputado Coronel Sandro, membros da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, para a reunião a ser realizada em 25/6/2024, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de obter informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, no âmbito do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas do Governo, considerando o período de 1º de junho de 2023 a 31 de maio de 2024.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2024.

Gil Pereira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão de Saúde**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Lud Falcão e os deputados Doutor Wilson Batista, Doutor Paulo e Lucas Lasmar, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 25/6/2024, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de obter informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Saúde, no âmbito do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas do Governo, considerando o período de 1º de junho de 2023 a 31 de maio de 2024.

Sala das Comissões, 24 de junho 2024.

Arlen Santiago, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Coronel Sandro, Eduardo Azevedo e Luizinho, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 25/6/2024, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bruno Engler, Charles Santos, Doutor Jean Freire, Lucas Lasmar, Thiago Cota e Zé Laviola, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 25/6/2024, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o Projeto de Lei nº 1.109/2023, que institui a Política Estadual de Saúde Funcional, baseada na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF –, com o intuito de buscar subsídios para deliberação na comissão.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2024.

Arnaldo Silva, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Rafael Martins, Cristiano Silveira, Doorgal Andrada, João Magalhães, Leonídio Bouças e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 25/6/2024, às 17 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.931/2020, do Tribunal de Justiça, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2024.

Zé Guilherme, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Bella Gonçalves e os deputados Betão, Bruno Engler e Caporezzo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/6/2024, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a importância do lançamento do Observatório Justiça e Democracia, no Estado.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2024.

Andréia de Jesus, presidenta.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.989/2015****Comissão de Cultura****Relatório**

De autoria do deputado Douglas Melo, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição, com sede no Município de Capim Branco.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição, com sede no Município de Capim Branco, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo o desenvolvimento de atividades culturais na região.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública. Porém, apresentou a Emenda nº 1, que visa adequar o nome da entidade ao previsto no art. 1º de seu estatuto constitutivo.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, difundir a cultura musical no município por meio de apresentações em eventos cívicos e religiosos.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Corporação Musical Nossa Senhora para a promoção da música no município, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.989/2015, em turno único, com a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2024.

Professor Cleiton, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 293/2023**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado Grego da Fundação, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Grupo de Artesãos de Belisário, com sede no Município de Muriaé.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública o Grupo de Artesãos de Belisário, com sede no Município de Muriaé, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover a capacitação de pessoas por meio de cursos para as atividades rurais, comerciais e domésticas, difundir a arte, a educação e os esportes como instrumentos de socialização da comunidade.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Artesãos de Belisário, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 293/2023, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2024.

Betão, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 475/2023**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado Professor Cleiton, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Ekklesis, com sede no Município de Varginha.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 475/2023 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Instituto Ekklesia, com sede no Município de Varginha, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública. Porém, a comissão apresentou a Emenda nº 1, que corrige o nome da entidade de acordo com seu estatuto constitutivo.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca prestar assistência social as famílias, pessoas e grupos com necessidades, oferecer assessoria jurídica, assistência médica e psicológica, criar projetos de desenvolvimento das habilidades pessoais e profissionais dos voluntários e assistidos e atuar na prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social de usuários de álcool e outras drogas.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo Instituto Ekklesia, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 475/2023, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2024.

Celinho Sintrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.062/2024

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Professor Cleiton, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Conselho Central de Boa Esperança da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Boa Esperança.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública o Conselho Central de Boa Esperança da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Boa Esperança, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, executar projetos que assegurem benefícios de proteção social básica a pessoas e famílias em situação de risco ou vulnerabilidade social e propiciar capacitação profissional e colocação no mercado de trabalho das pessoas assistidas pela entidade.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo Conselho Central de Boa Esperança da Sociedade de São Vicente de Paulo, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.062/2024, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2024.

Celinho Sintrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.128/2024

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Tadeu Martins Leite, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Ecológica e Esportiva de Guarda-Mor – Asseeg –, com sede no Município de Guarda-Mor.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública Associação Ecológica e Esportiva de Guarda-Mor – Asseeg –, com sede no Município de Guarda-Mor, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, trabalhar em prol da cultura, do lazer e do turismo, atuar na defesa da criança e do adolescente, fomentar o desenvolvimento da proteção do meio ambiente e estimular a produção do conhecimento.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Ecológica e Esportiva de Guarda-Mor – Asseeg –, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.128/2024, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2024.

Betão, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.171/2024**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado Cristiano Silveira, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis – Ascas –, com sede no Município de São João del-Rei.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.171/2024 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de São João del-Rei – Ascas –, com sede no Município de São João del-Rei, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública. Porém, a comissão apresentou a Emenda nº 1, para adequar a nomenclatura da entidade ao seu estatuto constitutivo.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca promover oportunidades de renda por meio de projetos e ações empreendedoras, desenvolver projetos de promoção e defesa de direitos das crianças, adolescentes e jovens e apoiar e defender os interesses dos catadores de materiais recicláveis.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de São João del-Rei – Ascas –, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.171/2024, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2024.

Betão, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.931/2020**Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária****Relatório**

De autoria do Tribunal de Justiça, o projeto de lei em análise “altera a Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento dos emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências, no que se refere à compensação dos atos gratuitos realizados pelo registro civil e registro de imóveis e a complementação das serventias deficitárias”.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

A Comissão de Constituição e Justiça, em sua análise preliminar, concluiu pela legalidade, constitucionalidade e juridicidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Em seguida, a Comissão de Administração Pública examinou o projeto em seu mérito e opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou.

Vem agora o projeto a esta comissão para dela receber parecer, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VII, c, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em estudo propõe modificações na Lei nº 15.424, de 2004, que trata dos emolumentos relativos aos serviços notariais e de registro. O objetivo da proposta é alterar a forma de gestão da compensação dos atos gratuitos realizados pelos cartórios de registro civil. A proposição pretende que os recursos passem a ser depositados em conta gerida pelo Tribunal de Justiça do Estado e administrados por um novo conselho gestor, composto de membros e servidores do Poder Judiciário, com participação de representantes das entidades de registradores civis, de notas e de imóveis.

A aludida compensação objetiva ressarcir o trabalho de cartórios que, por disposição legal, não podem cobrar emolumentos em determinadas situações. A Lei Federal nº 9.534, de 1997, estabelece que não serão cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento, pelo assento de óbito nem pela primeira certidão respectiva, concedendo aos reconhecidamente pobres a isenção do pagamento de emolumentos pelas demais certidões extraídas pelo cartório de registro civil. A Lei Federal nº 10.169, de 2000, por sua vez, determina, em seu art. 8º, que os estados e o Distrito Federal, no âmbito de sua competência, estabelecerão forma de compensação aos registradores civis das pessoas naturais pelos atos gratuitos por eles praticados, conforme previsto em lei federal, sem ônus para o poder público. O Estado, dessa forma, pode criar mecanismo de compensação dos atos gratuitos. A compensação objetiva manter a viabilidade financeira dos cartórios, especialmente dos que funcionam em áreas remotas ou com pouca movimentação, mas prestam serviços relevantes para a população.

A referida compensação é realizada com recursos decorrentes do recolhimento de quantia equivalente a 5,66% (cinco vírgula sessenta e seis por cento) do valor dos emolumentos recebidos pelo notário e pelo registrador, que são depositados em conta do Sindicato dos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Minas Gerais – Recivil –, denominada Recompe-MG e administrada por uma comissão gestora.

Por meio do Ofício nº 272/2020, foi encaminhada pelo Poder Judiciário sugestão de mudança da proposta original, por recomendação do Conselho Nacional de Justiça. Posteriormente, por meio do Ofício nº 461/2020, foi encaminhada, também, pelo Tribunal de Justiça, uma segunda sugestão de alteração da proposta. Com base nessa segunda redação, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou o Substitutivo nº 1 à proposição.

Em seguida, nos debates que se seguiram na Comissão de Administração Pública, foi apresentada nova sugestão de mudanças, que resultou no Substitutivo nº 2, fruto de discussões com o Tribunal de Justiça e com os principais envolvidos na administração da Recompe-MG. O Substitutivo nº 2 mantém a estrutura atual de gestão das compensações, com algumas modificações organizacionais. Essas mudanças incluem renomear a comissão responsável pela administração, especificar critérios para a escolha do coordenador e subcoordenador, disciplinar as prestações de contas e ajustar o cálculo da receita bruta mínima nas serventias de registro civil com atribuição notarial. Além disso, são alteradas regras para as compensações das atividades cartoriais gratuitas relacionadas à regularização fundiária, com vistas ao ressarcimento dos emolumentos correspondentes, incluídas as buscas de certidões e outros atos praticados por notários e registradores de todas as especialidades. Essas compensações se relacionam a gratuidades previstas na Lei Federal nº 13.465, de 2017, e na Lei nº 24.633, de 2023.

No que cabe a esta comissão analisar, vislumbramos que a proposição sobretudo altera aspectos organizacionais da gestão de ressarcimentos de atos registrais, razão pela qual apoiamos a aprovação da proposição na forma do Substitutivo nº 2, apresentado pela Comissão de Administração Pública.

Todavia, verificamos que é necessária uma emenda ao art. 5º do Substitutivo nº 2, para ficar definido que a mudança da redação pretendida é apenas sobre o *caput* do art. 4º da Lei nº 23.229, de 2018. Essa alteração é necessária para manter a vigência do parágrafo único do art. 4º dessa lei, que estabelece que, na hipótese de insuficiência de recursos no Fundo Especial Registral de Regularização Fundiária de Interesse Social, o ressarcimento dos atos registrais para a regularização fundiária será feito de maneira proporcional aos atos praticados, nos termos do que dispuser o regulamento complementar do Tribunal de Justiça.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.931/2020 em 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública, com a Emenda nº 1, abaixo redigida.

EMENDA Nº 1 AO SUBSTITUTIVO Nº 2

Dê-se ao *caput* do art. 5º do Substitutivo nº 2 a seguinte redação:

“Art. 5º – O *caput* do art. 4º da Lei nº 23.229, de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:”.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2024.

Zé Guilherme, presidente e relator – Rafael Martins – Arlen Santiago – Amanda Teixeira.



ASSEMBLEIA FISCALIZA

ASSEMBLEIA FISCALIZA – TEMA EM FOCO

Plano de Trabalho

Comissão de Participação Popular

Tema: “Privatização das Rodovias Mineiras”

Tema em Foco – Plano de trabalho

Plano de trabalho da Comissão de Participação Popular para fiscalizar, no âmbito de suas atribuições, o tema “Privatização das Rodovias Mineiras” no âmbito do Tema em Foco 2023/2024

Comissão de Participação Popular:

Membros efetivos:

Marquinho Lemos – presidente

Ricardo Campos – vice-presidente

Doutor Jean Freire

Elismar Prado

Leleco Pimentel

ASSEMBLEIA FISCALIZA – TEMA EM FOCO

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

— PLANO DE TRABALHO —

Nota: Plano de Trabalho aprovado em primeira versão, em 28 de setembro de 2023, e publicado no *Diário do Legislativo* em 29 de setembro de 2023; revisado e aprovado em segunda versão em 23 de maio de 2024.

1) Tema escolhido: Privatização das rodovias mineiras.

2) Objetivo geral:

Acompanhar o programa de concessões rodoviárias de Minas Gerais, estruturado em sete lotes: Triângulo Mineiro, Sul de Minas, Varginha – Furnas, São João del-Rei, Itapeverica – Lagoa da Prata, Arcos – Patos de Minas e Ouro Preto, e também as concessões das Rodovias MG-050, BR-491 e BR-265, que interligam a Região Metropolitana de Belo Horizonte à divisa com São Paulo, e das Rodovias BR-135, MG-231 e LMG-754, entre Curvelo e Montes Claros, com foco na melhoria da qualidade das estradas mineiras e da segurança viária.

3) Objetivos específicos:

I. analisar os editais e processos licitatórios dos lotes das concessões, bem como a formalização de contrato com as empresas vencedoras;

II. analisar os processos e impactos da participação da população nas consultas públicas dos lotes a serem licitados;

III. analisar os valores previstos para a cobrança de tarifas de pedágio e valores cobrados, quando for o caso;

IV. analisar o repasse de recursos públicos às empresas concessionárias;

V. verificar a realização das obras nas rodovias concedidas, quando for o caso (tais como operações tapa-buracos, limpeza da vegetação, implantação de placas de sinalização de trânsito, melhorias de acesso e adequações de pontes e viadutos, ampliação das plataformas das estradas, melhorias nas pavimentações, duplicações e acostamentos).

4) Resultados esperados e indicadores:

– Relatório do tema objeto do Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco na comissão, contendo, em cada lote de concessão:

– valores das cobranças de tarifas de pedágios, quando for o caso;

– análise das obras realizadas em cada lote já licitado;

– análise dos impactos das consultas públicas no planejamento de cada lote a ser licitado – resultados e atualizações a partir da participação da população e qualidade dos relatórios elaborados;

– verificação da redução dos acidentes nas rodovias sob concessão até o segundo semestre de 2024, quando for o caso.

5) Atividades realizadas:

As atividades da comissão tiveram início em 27/4/2023, quando foi apresentado o RQC 1.449/2023 para apreciação, de autoria do deputado Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular. Após aprovação, foi transformado no RQN 1.378/2023 e apresentado à Mesa para parecer. A partir de então, foram apresentados outros requerimentos e realizadas duas audiências públicas sobre a temática.

Requerimento:

Foi aprovado o seguinte requerimento:

RQN 1.378/2023

Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a privatização de rodovias pelo governo do Estado, especificando-se quais são e quantos quilômetros se pretende privatizar; quais cidades terão praças de pedágio; em quais valores e prazos se darão essas concessões; quais as responsabilidades das possíveis concessionárias; como serão feitas as melhorias dessas rodovias; quais os prazos estipulados para conclusão das melhorias e o cronograma do processo e qual o valor das tarifas que serão cobradas pelas praças de pedágio aos usuários.

Status: Requerimento respondido pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Foram realizadas duas audiências públicas pela Comissão de Participação Popular com tal temática: a primeira, em 29/5/2023, em Ponte Nova, e a segunda, em 13/6/2023, em Belo Horizonte.

A audiência pública de 29/5/2023 foi realizada em Ponte Nova com a finalidade de debater as novas propostas de privatização das rodovias mineiras, em especial o trecho da MG-356 (RQC 1.334/2023).

Estiveram presentes na reunião representantes das seguintes instituições: Prefeitura Municipal de Ouro Preto, Prefeitura Municipal de Teixeiras, Câmara Municipal de Teixeiras, Câmara Municipal de Ouro Preto, Câmara Municipal de Ponte Nova, Câmara dos Deputados – deputado federal Padre João.

Os representantes ressaltaram o alto preço do pedágio a ser cobrado. Conforme documentos disponíveis no *site* do governo (acesso em: <dataroom.mg.gov.br>), serão cobrados quatro pedágios em um trecho de 190,3km, que liga o Município de Nova Lima ao Município de Rio Casca. Segundo os estudos do modelo econômico-financeiro do Lote 7 – Ouro Preto, o pedágio de Nova Lima terá a cobrança de R\$14,51, podendo ser reduzido em até 20% caso haja interesse por parte da concessionária. Em relação às melhorias previstas, que devem ser realizadas em um prazo de 30 anos, constam a duplicação de 67km da BR-356, a implantação de 41km de faixa adicional, a implantação ou readequação de 66km de acostamento e a implantação do contorno rodoviário em Cachoeira do Campo, Distrito de Ouro Preto, que hoje é atravessado pela rodovia, entre outras. A relação entre o início da cobrança dos pedágios e o início das obras foi objeto de questionamento por parte dos participantes da audiência pública. Por isso a necessidade de obtenção de informações sobre a existência de acordo firmado entre o governo estadual e a União para realizar as melhorias na Rodovia BR-356.

Da reunião, foram apresentados os seguintes requerimentos:

RQC 2.434/2023

Requer seja realizada audiência pública para debater o Plano de Concessão/Privatização do Lote Rodoviário 7 – Ouro Preto, que abrange as Rodovias BR-356, MG-262 e MG-329, conforme publicado no *site* da Secretaria de Estado de Governo – Segov.

Status: Requerimento aprovado na comissão.

RQC 2.437/2023

Requer seja realizada visita ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT – para obter informações e discutir a inclusão da BR-356 no Plano de Concessão/Privatização do Lote 7 – Ouro Preto, conforme informações publicadas no *site* da Secretaria de Estado de Governo – Segov.

Status: Requerimento aprovado na comissão.

RQN 2.199/2023

Requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, ao Ministério de Infraestrutura e Transportes e ao ministro dos Transportes pedido de informações acerca da gestão da BR-356 no trecho entre o entroncamento do Residencial Alphaville, em Nova Lima, e o Município de Mariana, tendo em vista a inclusão do referido trecho no Plano de Concessão/Privatização do lote 7 – Ouro Preto, conforme informações do *site* da Secretaria de Estado de Governo – Segov.

Status: Requerimento respondido pelo DNIT e pelo Ministério de Infraestrutura e Transportes.

RQN 2.200/2023

Requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais e à Secretaria de Estado de Governo pedido de informações sobre as consultas públicas com a finalidade de colher sugestões sobre a Concessão/Privatização do lote 7 – Ouro Preto, dos trechos das Rodovias BR-356, MG-262 e MG-329.

Status: Requerimento respondido pela Seinfra.

RQN 2.201/2023

Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de informações sobre os termos de formalização do convênio entre o governo estadual e o governo federal para que o Estado assuma a gestão da BR-356 no trecho que liga o entroncamento que dá acesso ao Município de Ouro Preto, na BR-040, região do condomínio Alphaville, em Nova Lima, até o Município de Mariana, tendo em vista a inclusão dessa rodovia no Plano de Concessão/Privatização do Lote 7 – Ouro Preto, conforme informações publicadas no *site* da Segov.

Requerimento aprovado na forma do Substitutivo nº 1, publicado no *Diário do Legislativo* em 4/8/2023:

A Comissão de Participação Popular requer a V. Exa., nos termos do art. 100, IX, combinado com o art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a existência de formalização de acordo entre o governo de Minas Gerais e a União para que o Poder Executivo de Minas Gerais assuma a gestão da BR-356 no trecho que liga o entroncamento que dá acesso ao Município de Ouro Preto, na BR-040, região do condomínio Alphaville, em Nova Lima, até o Município de Mariana, tendo em vista a inclusão dessa rodovia no Programa de Concessões Rodoviárias de Minas Gerais no Lote 7 – Ouro Preto, conforme informações publicadas no *site* da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra. Requer ainda, caso exista a formalização de acordo, sejam encaminhadas informações sobre o conteúdo de suas cláusulas.

Status: Requerimento respondido pela Seinfra.

A audiência pública de 13/6/2023 foi realizada em Belo Horizonte, com a finalidade de debater o Programa de Concessões Rodoviárias de Minas Gerais (RQC 2.495/2023).

Estiveram presentes na reunião representantes das seguintes instituições: Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais, Prefeitura Municipal de Itabirito, Prefeitura Municipal de Teixeira, Câmara Municipal de Ponte Nova, Prefeitura Municipal de Acaiaca, Prefeitura Municipal de São Pedro dos Ferros, Câmara Municipal de Raul Soares e Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

Os representantes de tais instituições criticaram o Programa de Concessões Rodoviárias de Minas Gerais, notadamente o valor previsto para a cobrança dos pedágios e a proposta de concessão do Lote Rodoviário 7 – Ouro Preto, que compreende a concessão de 187,3km, abrangendo a Rodovia BR-356, entre Nova Lima (Região Metropolitana de Belo Horizonte) e Ouro Preto (Central), e as Rodovias MG-262 e MG-329.

Da reunião, foram apresentados os seguintes requerimentos:

RQN 2.750/2023

Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para incorporar, nos estudos de viabilidade econômico-financeira do Programa de Concessões Rodoviárias de Minas Gerais, a isenção de cobrança de veículos com mais de 15 anos e todos os veículos oficiais dos entes federados nas praças de pedágio das rodovias que serão objeto de concessão pelo Estado.

Status: Requerimento respondido pela Seinfra.

RQN 2.751/2023

Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a responsabilidade e o planejamento de manutenção das estradas vicinais que ligam as rodovias mineiras que fazem parte do Programa de Concessões Rodoviárias de Minas Gerais.

Status: Requerimento respondido pela Seinfra.

RQN 2.752/2023

Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências com vistas à elaboração de projeto executivo para a construção de um contorno rodoviário no perímetro do Município de Raul Soares.

Status: Requerimento respondido pela Seinfra.

Sobre as rodovias BR-135, MG-231 e LMG-754, entre Curvelo e Montes Claros, foram aprovados os seguintes requerimentos:

RQC 589/2023

Requer seja realizada audiência pública para debater o aumento da tarifa do pedágio na BR-135, administrada pela Eco135.

Status: Requerimento aprovado na comissão.

RQN 2.184/2024

Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o Contrato de Concessão nº 004/2018, firmado em 19/6/2018, e sobre as obras de duplicação do trecho entre Curvelo e Montes Claros, especificando o cumprimento dos cronogramas e as etapas atuais e futuras das obras, o cumprimento das metas e objetivos do contrato, os recursos financeiros arrecadados com a cobrança dos pedágios e os recursos financeiros transferidos ao Estado e ao Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes – Funtrans –, nos termos do item 36.2.1, bem como o saldo atual existente em conta bancária.

Status: Requerimento respondido pela Seinfra.

RQN 2.185/2024

Requer seja encaminhado ao diretor-superintendente da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., em Curvelo, pedido de informações sobre o Contrato de Concessão nº 4/2018, firmado em 19/6/2018, e sobre as obras de duplicação do trecho entre Curvelo e Montes Claros, especificando o cumprimento dos cronogramas e as etapas atuais e futuras das obras, o cumprimento das metas e objetivos do contrato, os recursos financeiros arrecadados com a cobrança dos pedágios e os recursos financeiros transferidos ao Estado e ao Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes – Funtrans –, nos termos do item 36.2.1, bem como o saldo atual existente em conta bancária.

Status: Requerimento respondido pela Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

RQN 5.632/2024

Requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que seja solicitada à Empresa

Eco135, concessionária que administra as rodovias que ligam o Município de Curvelo ao Município de Montes Claros, a doação dos materiais necessários ao cascalhamento da LMG-654, para garantir a segurança e as condições de drenagem nessa estrada, uma vez que o DER-MG alega não haver cascalhamento licenciado para o atendimento às demandas da região do entorno do Município de Montes Claros.

Status: Requerimento respondido pelo DER-MG e pela Seinfra.

6) Cronograma de atividades:

Atividades realizadas em 2023, conforme informado no item 5:

ATIVIDADES 2023	MAI	JUN	JUL
RQN 1.378/2023 – Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a privatização de rodovias pelo governo do Estado, especificando-se quais são e quantos quilômetros se pretende privatizar; quais cidades terão praças de pedágio; em quais valores e prazos se darão essas concessões; quais as responsabilidades das possíveis concessionárias; como serão feitas as melhorias dessas rodovias; quais os prazos estipulados para a conclusão das melhorias e o cronograma do processo; e qual o valor das tarifas que serão cobradas pelas praças de pedágio aos usuários (vide item 5).	4		
RQC 1.334/2023 – Audiência pública realizada com a finalidade de debater as novas propostas de privatização das rodovias mineiras, em especial o trecho da MG-356 (vide item 5).	29		
RQC 2.495/2023 – Audiência pública realizada com a finalidade de debater o Programa de Concessões Rodoviárias de Minas Gerais (vide item 5).		16	

Atividades previstas para 2024:

ATIVIDADES 2024	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Visita ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT – para obter informações e discutir a inclusão da BR-356 no Plano de Concessão/Privatização do Lote 7 – Ouro Preto (RQC 2.437/2023).	X					
Audiência pública para debater o Plano de Concessão/Privatização do Lote Rodoviário 7 – Ouro Preto, que abrange as Rodovias BR-356, MG-262 e MG-329 (RQC 2.434/2023).		X				
Audiência pública para debater o andamento das obras dos lotes 1 (Triângulo Mineiro), 2 (Sul de Minas) e 3 (Varginha – Furnas) e a situação dos processos licitatórios dos lotes 4 (São João del-Rei), 5 (Itapecerica – Lagoa da Prata) e 6 (Arcos – Patos de Minas).		X				
Audiência pública para debater o aumento da tarifa do pedágio na BR-135, administrada pela Eco135 (RQC 589/2023).			X			
Audiência pública para debater a situação da concessão das rodovias MG-050, BR-491 e BR-265, que interligam a Região Metropolitana de Belo Horizonte à divisa com São Paulo.			X			
Elaboração de relatório final			X	X		
Apreciação de relatório final					X	

Sala das Comissões, 23 de maio de 2024.

Marquinho Lemos, presidente.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 24/6/2024, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Ailton Costa Matias, padrão VL-29, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Bella Gonçalves;

exonerando Fernando Pacheco Fialho, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria;

exonerando Sylvania de Araújo Faria Silva, padrão VL-15, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leandro Genaro;

nomeando Ana Paula Rocha Coelho, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria.